



INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

Empreendedorismo na Guiné-Bissau: uma estratégia de combate à pobreza

Galileo Pedro Victória Indequê

Mestrado em Estudos Africanos

Orientador:

Doutor Renato Pereira, Professor Auxiliar

ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Setembro, 2025



SOCIOLOGIA
E POLÍTICAS PÚBLICAS

Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas

Empreendedorismo na Guiné-Bissau: uma estratégia de combate à pobreza

Galileo Pedro Victória Indequê

Mestrado em Estudos Africanos

Orientador:
Doutor Renato Pereira, Professor Auxiliar
ISCTE- Instituto Universitário de Lisboa

Setembro, 2025

Dedicatória

Dedico a minha tese, à minha família, com particular destaque para a minha querida irmã Lígia Victória Indequê e minha amada filha, Raiane Victória Camará Indequê, a principal motivação do meu esforço diário e a razão da disciplina empregada no meu dia a dia.

Agradecimentos

Primeiramente, agradeço a divindade em que eu acredito (sendo o catolicismo romano a minha crença religiosa) e a minha ancestralidade, aos meus pais, Pedro Afonso Indequê e Victória Augusto Amontões (In memoriam), pelo dom da vida e pela educação e a orientação que me deram, e que hoje dou graças por ter repercutido positivamente na minha vida, mesmo tendo nascido e crescido num país com pobreza e insegurança, consegui dedicar parte da minha vida aos estudos e melhoria das minhas aptidões técnicas e humanas.

Aos missionários católicos da paróquia São Francisco de Assis de Cumura-1, Guiné-Bissau, por terem apoiado a minha família e a mim mesmo, e investido na minha educação e ensino, desde o ensino básico, secundário e parte da minha licenciatura, graças a este embasamento académico, hoje estou perante a banca para apresentar e defender a minha tese, gratidão por tudo.

Ao meu amigo, Renato Lazaro Bassanguê, estou muito grato por me ter recebido na tua casa, aqui em Portugal, e ter-me apoiado na minha integração.

A minha caríssima e amada irmã Lígia Victória Indequê, por me ter apoiado nos meus momentos difíceis, ajudando nos pagamentos das propinas, e empurrando-me sempre para frente com o propósito de conseguir terminar o meu mestrado, o meu muito obrigado, maninha.

Ao meu amigo Biaguito Lopes, por ser a pessoa que me inscreveu aqui no ISCTE-IUL, e desde os primórdios ter acreditado em mim, dizendo sempre que eu posso conseguir é só questão da vontade, dedicação e disciplina.

Ao meu amigo Ença Mané juntamente com o Cassiano Camamate, a minha gratidão por terem ocupado da parte informática (email..., e tudo mais), que estou usando enquanto estudante do ISCTE-IUL.

Ao meu amigo Clésio Soares Pereira Baptista, por ser a pessoa que decidiu financiar todo o processo da minha candidatura e inscrição, também acreditando sempre que eu podia chegar a este nível. Foi uma das pessoas que mais me apoiou durante estes anos da minha

ausência no meu país (tanto na minha estadia aqui em Lisboa, como da minha família em Bissau).

A minha tia Celeste Porfírio e aos amigos Zemaél Jacinto da Silva, Fábio Martins Correia e Felisberto Bernardo da Silva, estou muito grato a vocês por terem cuidado da minha família, com particular destaque para minha filha e sua mãe.

Aos meus amigos Giovannei Lamine Varela Danso e Gabriel Mané, estou muito agradecido a vocês por todos os apoios que me concederam desde o meu primeiro dia aqui em Portugal, até aos dias que correm (vocês facilitaram a minha integração).

As pessoas que disponibilizaram para as entrevistas e fornecimento dos dados e das bibliografias que conseqüentemente serviram de alicerce para a produção e organização deste trabalho, estou muito agradecido, vocês foram ótimos comigo.

Por último, mas não menos importante, faço questão de agradecer ao Professor Doutor Renato Pereira, por ter aceitado ser o meu orientador na elaboração e execução deste tema, e fornecido muita bibliografia para ser revisada, muito obrigado, meu caro professor.

Resumo

A Guiné-Bissau tem enfrentado situações difíceis no que concerne a situação socioeconómica, muitos programas de desenvolvimento que foram implementados não conseguiram dar resposta satisfatória de acordo com as necessidades das populações.

A atividade empreendedora desenvolvida no meu país tem um número considerável de empreendedores associados à informalidade; este propósito visa essencialmente a suprir as necessidades básicas e, posteriormente, a estabilização económica, financeira e social dos indivíduos e das suas famílias.

Esta dissertação tem por objetivo clarificar os programas de governação e a atividade empreendedora na Guiné-Bissau (principalmente na faixa etária dos 18 a 35 anos), os seus impactos na vida das pessoas e na economia do país.

O trabalho também tenta analisar alguns programas de governação implementados e a sua relação com o empreendedorismo.

A pesquisa é baseada nas entrevistas qualitativas com pessoas que atuam neste setor e com diferentes idades e atividades.

A dissertação tem uma visão ampla sobre a situação política, económica e social da Guiné-Bissau e estabelece uma relação entre a governação e a atividade empreendedora.

Palavras-chave: Guiné-Bissau; Pobreza; Empreendedorismo; Informalidade.

Abstract

Guinea-Bissau has faced challenging situations concerning its socioeconomic conditions. Many development programs that were implemented have failed to provide satisfactory responses aligned with the needs of the population.

Entrepreneurial activity in my country involves a considerable number of entrepreneurs operating within the informal sector. This activity primarily aims to meet basic needs and subsequently achieve economic, financial, and social stabilization for individuals and their families.

This dissertation aims to clarify governance programs and entrepreneurial activity in Guinea-Bissau—particularly among the age group of 18 to 35 years old—and their impacts on people’s lives and the country’s economy.

The study also attempts to analyze certain governance programs that have been implemented and their relationship with entrepreneurship.

The research is based on qualitative interviews with individuals active in this sector, representing various ages and activities.

The dissertation offers a broad perspective on the political, economic, and social situation in Guinea-Bissau and establishes a connection between governance and entrepreneurial activity.

Keywords: Guiné-Bissau; Poverty; Entrepreneurship; informal sector

Índice

Agradecimentos	v
Resumo	viii
Abstract	x
Glossário de siglas	xii
Introdução	1
Revisão da literatura	2
Situação socioeconómico da Guiné-Bissau	2
Programa de Ajustamento Estrutural (PAE)	5
Documento Estratégico Nacional de Redução de Pobreza (DENARP I e II).....	10
Desenvolvimento económico versus crescimento económico.....	14
Empreendedorismo, empreendedor e a informalidade	17
No que concerne ao empreendedorismo	18
O papel do Empreendedor	20
Metodologia	22
Resultados e análise	23
Informalidade.....	23
Microcrédito como estratégia de luta contra a pobreza e exclusão social	26
Como solucionar os problemas económicos e sociais na Guiné-Bissau?.....	30
Conclusão	31
Referências Bibliográficas	34

Glossário de siglas

BM ou WB – Banco Mundial ou World Bank

DENARPI e II – Documento Estratégico Nacional de Redução de Pobreza

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IPH – Índice de Pobreza Humana

INE – Instituto Nacional de Estatística

FMI – Fundo Monetário Internacional

PAE – Programa de Ajustamento Estrutural

PIB – Produto Interno Bruto

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

NIF – Número de identificação Fiscal

UEMOA – União Económica e Monetária Oeste Africana

Introdução

O tema ora escolhido é fruto duma inquietação em relação a forma como muitos dos meus conterrâneos, labutam diariamente em condições extremamente difíceis com o intuito de conseguir ter a independência económica e financeira. As necessidades humanas são renováveis na maioria dos casos, sendo assim, é preciso encontrar um meio para poder subsistir. O empreendedorismo surgiu então como uma das formas para a resolução dos problemas económicos e financeiros.

A Guiné-Bissau é um país economicamente débil, a taxa do desemprego é alta e com a constante instabilidade política e governamental. O setor privado do país não consegue dar resposta as demandas em matéria do emprego, o Estado é o maior empregador. Sendo um país “a típico”, muitas pessoas, não conseguem encontrar uma instituição para se empregar e ter um salário no final do mês. O setor informal é visto para muitas pessoas como um meio de sobrevivência.

O trabalho vai ser dividido em diferentes subtítulos:

- ✓ Situação socioeconómico da Guiné-Bissau;
- ✓ Programa de Ajustamento Estrutural;
- ✓ Documento Estratégico Nacional de Redução de Pobreza I e II;
- ✓ Desenvolvimento económico versus crescimento económico;
- ✓ Empreendedorismo, empreender e a informalidade;
- ✓ Microcrédito como estratégia de luta contra a pobreza e exclusão social;
- ✓ Como solucionar os problemas económicos e sociais da Guiné-Bissau.

A articulação destes subtítulos com o tema da tese, tem uma estreita ligação, no sentido de que, nenhum dos programas de governação criam condições por um clima favorável de empreendedorismo e o desenvolvimento de atividade empreendedora.

Há todo um interesse da minha parte, em perceber melhor sobre a situação económica no nosso país.

O trabalho será sustentado com suporte teórico dos artigos científicos que vão ser explorados, pelas entrevistas desenvolvidas e também pelas pesquisas pertinentes com as pessoas que trabalham como empreendedor e outras nas atividades informais.

Revisão da literatura

Situação socioeconómico da Guiné-Bissau

De acordo com os dados do PNUD de 2011, a Guiné-Bissau figura na antepenúltima posição 175^a no IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), num total de 177 países. Estes dados são dos piores e que precisam de ser melhorados.

O país passou a ser classificado, como o país do desenvolvimento humano baixo, só está à frente do Burkina Faso e da Serra Leoa.

Em relação ao IPH (Índice da Pobreza Humana), a Guiné-Bissau é o 9º país mais pobre do mundo no conjunto de 108 países.

Os dados produzidos pelo PNUD, demonstram que é muito difícil que o país consiga alcançar o tão almejado desenvolvimento económico.

A maioria da população guineense, vive numa pobreza absoluta, e em relação a este dilema a classe política governamental faz-se pouco para fazer a inversão do rumo dos acontecimentos. O poder real na Guiné-Bissau, é detida pelos políticos que governam o país e a classe castrense, quanto ao resto da população é deixada a sua sorte, o que representa uma situação deveras preocupante.

De acordo com Carvalho (2007), citado por Djaló (2013, p. 46),

A herança colonial, a prolongada luta pela libertação nacional, além de algumas medidas económicas descabidas tomadas depois da independência do Estado da Guiné-Bissau, deixaram grandes marcas ainda visíveis num quadro de economia difícil.

A fatídica guerra político-militar de 1998 também tem contribuído de forma desastrosa para a destruição da tão débil economia guineense e contribui substancialmente para a desorganização e banalização da estrutura administrativa do Estado (que por si só já era frágil). Até os dias que correm, o país está a sofrer com as consequências da guerra de 07/06/1998.

Segundo os dados do Ministério das Finanças de (2011) citado por Djaló (2013, p.46),

Entre 1997 e 1999, o país experimentou um crescimento da ordem de 4,5%. O setor que se desenvolveu mais foi a agricultura, com um crescimento anual de 5%. A maior performance deste setor verificou-se em 1997, quando alcançou 8,8%. As exportações tinham também elevado o seu nível graças ao aumento do preço da castanha de caju. A economia guineense, depende fortemente da agricultura (com maior destaque para a produção de castanha de caju e do arroz).

Ainda, de acordo com os dados do Ministério das Finanças de 2012, coletados e citados por Djaló (2013), remontam que,

A dívida do país experimentou um aumento muito rápido, que havia ultrapassado o montante de US\$ 702,71 milhões em 1992, passou para US\$ 866,75 milhões em 1999. Estes empréstimos que deviam servir para a infraestruturação e industrialização do país, infelizmente foram alocados no financiamento dos “supostos projetos de desenvolvimento.

Estes projetos, que não foram vistos nem têm repercussão na vida das populações e todo aquele encargo, representam na altura 400% do PIB do país, o que constitui maior entrave no crescimento económico do país.

A Guiné-Bissau, economicamente está figurada na lista dos países mais pobres do mundo, um país cuja principal atividade económica é baseada nas seguintes áreas: agricultura, pesca e pecuária. Sendo a castanha de caju constituir cerca de 90% da sua exportação anual, dados do Index Mundi, 2018.

Em 2018, a Guiné-Bissau ocupava 178º lugar entre 189 países. O baixo índice de desenvolvimento humano do PNUD, apresenta que, a maior incidência das pessoas pobres (embora a pobreza sendo quase generalizada na Guiné-Bissau) encontram-se nas zonas rurais e praticam a agricultura de subsistência.

Ainda sobre os dados apresentados pelo PNUD, demonstra que em 2010, cerca de 1,2 milhões de pessoas, neste caso 67% são pobres.

O país apresenta uma esperança média de vida ao nascer de 55,47 anos, com cerca de 64% de taxa de alfabetização e com a taxa de mortalidade infantil de 92/1000 nascidos. A taxa de bancarização cobre apenas 12% da população, estes

indicadores estão aquém dos demais países da UEMOA. O PIB está avaliado em torno de 615,4 mil milhões de FCFA equivalente aos US\$ 1.098.880.270 sendo que o setor primário responde por 270.941 mil milhões de FCFA, o secundário por 81.716 mil milhões de FCFA e o terciário por 237.803 mil milhões de FCFA do total da riqueza guineense. Ou seja, de 100% da produção de economia, os setores (primário, secundário e terciário) tiveram (44,02%, 13,27% e 38,63%), respetivamente. (Fernandes, 2019, p. 13 e 14) com base nos dados do INE, (2015).

Com 0,5, o coeficiente de Gini indica que a desigualdade na Guiné-Bissau é elevada em relação ao resto da África e aos padrões dos países de baixos rendimentos.

“Os dados de 2010 da distribuição do consumo indicam que os 10% da população que mais consome são responsáveis por um consumo 28 vezes superior (42%) aos 10% da população que menos consome (1,5%)” (da Costa, 2022, pp. 36 e 37), com base nos dados do Banco Mundial (2019).

Em 2018, a agricultura representava cerca de 56% do PIB, sendo o principal responsável por todas as exportações e como principal fonte de emprego nas zonas rurais. A castanha de caju é o principal produto do país, representa 98% do total das exportações, dados do Banco Mundial, 2019.

A partir dos anos 1970, houve um crescimento exponencial do PIB ao longo dos anos.

Segundo os dados do Banco Mundial, 2018, o nível da pobreza continua muito elevado, como também o PIB per capita continua abaixo de US\$ 545,90.

Podemos destacar que, mesmo com o crescimento do PIB durante mais de quatro décadas, isso não traduziu em investimentos virados para o rendimento e, consequentemente, na criação de riqueza da população.

É nítido perceber que, os sectores primários e terciários constituem o principal motor da economia guineense, o que de todo não é mau na minha avaliação, tendo em conta o potencial agrícola que o país tem. Porém, o sector secundário, pelo menos devia estar a dar os pequenos passos, para que se possa contribuir com a maior parcela no PIB, tendo os sectores de agropecuária e agroindústria a impulsionar mais fortemente esta participação.

De acordo com a percentagem demonstrada por cada setor, o setor agrícola, ou seja, a produção de castanha de caju, é considerada como o petróleo para a Guiné-Bissau, o que representa mais de metade do valor correspondente (mais de metade da produção da

castanha é exportada, por exemplo 170.000 toneladas em 2019 tudo in natura para países asiáticos).

Segundo alguns estudos, existem duas características marcantes e distintas na economia da Guiné-Bissau: esta pode ser classificada, num primeiro momento, como economia socialista (ou planificada), em período que perdurou dos anos de 1974 a 1981, um ano após o primeiro golpe militar, em 1980; já no segundo momento, verificaram-se os embriões da liberalização económica e a entrada na situação da economia do mercado (liberalismo económico), que surgiu nos períodos finais da economia planificada. Sangreman et al. (2006), citados por Fernandes (2019, p. 15).

Portanto, quero destacar que a Guiné-Bissau é caracterizada pelas constantes instabilidades políticas e militares e isto tem refletido na vida económica e social do país. Um país propenso a golpes de Estado e às sucessivas mudanças de governo, isso também não tem ajudado na estabilização da economia do país.

Por exemplo, em 2019, a Guiné-Bissau ocupava a posição 173^a no ranking de Doing Business dentre 190 países, condições muito difíceis para desenvolver o empreendedorismo no país.

A instabilidade política e o fraco desempenho económico têm contribuído negativamente e conseqüentemente no aumento das taxas da pobreza e da desigualdade social.

Programa de Ajustamento Estrutural (PAE)

Em 1986-1987, o governo da Guiné-Bissau elaborou um programa de desenvolvimento apoiado pelas instituições de Bretton Woods, denominado Programa de Ajustamento Estrutural.

Segundo Cardoso, citado por Sucuma, (2012, p. 139),

Como o Programa de Estabilização Económica e Financeira não tinha produzido os efeitos esperados, a adoção do Programa de Ajustamento Estrutural apresentou-se ao governo como a tábua de salvação. Numa primeira fase, os objetivos principais deste programa constituíam em corrigir os desequilíbrios financeiros e em superar os obstáculos estruturais ao crescimento (...). Em maio de 1987 foi concluído um primeiro crédito de ajustamento estrutural com o BM,

e em outubro do mesmo ano, uma facilidade de ajustamento estrutural com o FMI. A partir desta data, o programa de ajustamento prossegue a um ritmo às vezes um pouco caótico.

Importa salientar que, apesar de várias tentativas de implementação de programas de desenvolvimento para o país, a Guiné-Bissau, na sua fase embrionária enquanto Estado independente, não dispõe de técnicos e quadros suficientes para pensar e viabilizar a sua estratégia de desenvolvimento com programas financiados pelo BM e pelo FMI.

É preciso preparar o país para estar inserido numa economia de mercado, a concorrência exige a capitalização dos recursos humanos (investir na educação da população).

Neste quesito, existem países africanos que não estão preparados para enfrentar este processo, pelo menos na fase inicial de construção destes Estados, que teve o seu início a partir dos anos 60, no caso do meu país, Guiné-Bissau que conquistou sua independência e começou a construção do Estado em setembro de 1973.

De acordo com Sucuma (2012, p. 140)

É necessário que os países membros do FMI e BM, assim como os Estados emergentes, reavaliam as regras de financiamento destas duas instituições a fim de gerir melhor este processo de globalização financeira e atender melhor as demandas dos países que ainda estão em fase de construção e consolidação de suas instituições de Estado, sofrendo com o aumento da desigualdade social, pobreza e desemprego.

Tese como estas que foram reforçadas ainda mais por Joseph Stiglitz, citado por Sucuma, (2012, p. 140),

A globalização hoje não está dando certo para muitos dos países pobres do mundo. Não está dando certo para grande parte do meio ambiente. Não está dando certo para a estabilidade da economia global. A transição do comunismo para uma economia de mercado foi tão mal administrada que, com a exceção da China, do Vietname e de alguns países da Europa oriental, a pobreza aumentou enquanto o rendimento diminuiu.

Como tinha dito de antemão, o PAE, é uma recomendação do FMI e BM, que visa as reformas económicas e sociais para com o governo da Guiné-Bissau, como mecanismo indispensável para ter acesso à empréstimos destinados a desenvolver e efetuar as mudanças estruturais no país, afetado com problemas de dívidas externa, uma visão partilhada por Cruz (2007), citado por Siga, (2022).

Ainda segundo Cruz (2007), citado por Siga (2022, p. 55),

A Guiné-Bissau se encontrava numa situação socioeconómica degradante e que piorava cada vez mais, motivada pelos modelos económicos adotados. Porém, na mentalidade dos guineenses pairava a esperança de se enveredar pelo progresso. Acredita-se que o país teria condições económicas para se desenvolver e melhorar as condições de vida da população, preceito maior da luta pela independência.

Após a conquista da nossa independência enquanto nação, o país tomou rumo em estabelecer sua própria política económica, o que veio a provar de forma nítida de que, as políticas estabelecidas não eram viáveis, era preciso retratar. Na minha avaliação, continuo a insistir que isso deveu-se à pouca qualificação dos recursos humanos existentes na altura, e às sucessivas denúncias de desvios dos procedimentos de quem governava na altura. Fatores como estes tiveram reflexo na vida económica e social do país.

A situação económica e social era calamitosa, havia fome de uma forma generalizada, as mudanças do rumo nas políticas económicas eram indispensáveis e não só necessárias.

Para Sangreman, (2016), citado por Siga, (2022, p. 56),

O governo da Guiné-Bissau tinha noção da difícil situação em que se encontrava o país e sabia das precauções necessárias para as mudanças a encetar. Por isso, queria uma estratégia de governação que diminuísse o peso de Estado na economia, liberalizar a atividade económica, optando para posições mais “pró-mercado”. Com isso, consolidar a estabilidade económica e obter o equilíbrio das operações correntes do Estado voltada para o desenvolvimento das regiões rurais.

Uma liberalização da economia exige que o Estado esteja ao alcance da sua responsabilidade, desde a eficiência e eficácia da sua regulamentação, até a criação das infraestruturas (estradas e pontes...) que vão permitir que todo o território nacional consiga beneficiar das políticas a serem executadas.

O Programa de Ajustamento Estrutural desencadeada pelo Governo da Guiné-Bissau com o apoio do FMI e BM, tem como a missão de lançar o país na senda do mercado mundial – aberta ao comércio internacional. Definiu-se os setores da Agricultura, Comércio, Transportes e Serviços Financeiros como prioritários, deferentemente do Programa de Estabilização Económica que tinha o Desenvolvimento Rural, Florestas/Madeiras, Pescas e Minas. Esta diferença de prioridades na estratégia de políticas económicas e sociais foi justificada pelo FMI e BM em como o governo quer continuar a priorizar os setores cujos objetivos de desenvolvimento só seriam realizáveis a médio e longo prazo. Djaló, (2014) et Sangreman, (2016), citados por Siga, (2022, p. 56).

Importa referir que, a política económica ora desencadeada pelo governo guineense visa impactar a economia e a população, mas não levaram em consideração a vulnerabilidade da nossa sociedade no que concerne a educação/preparação da sociedade e na fragilidade das nossas instituições.

Segundo Djau, (2019) et Cruz (2007), citados por Siga, (2022, p. 56-57).

A estratégia do Programa de Ajustamento Estrutural visava a abertura total ao mercado internacional, aproveitando as “vantagens comparativas” para a promoção das exportações e maior troca comercial internamente. Visava também reduzir o papel do Estado, aumentar o envolvimento e autonomia da iniciativa privada, considerada a força motora do desenvolvimento, por meio de criação de empresas e dos serviços existentes. Também queria limitar o setor público ao financiamento de infraestruturas básicas, que passariam a apoiar e orientar a produção e as exportações.

Uma política bem pensada e orientada por instituições cujos peritos são de competências reconhecidas e inegáveis. Mas, a sua implementação e seguimento, num país com alta taxa de analfabetismo, alguns governantes com qualificação limitada (desde logo compreende-se o cenário, aliás os governantes imergem na sociedade onde estão inseridos), fragilidade das instituições, inexistência ou escassez das infraestruturas (com destaque para rodoviárias, portuárias, e ferroviárias) e índice elevado de corrupção... era praticamente espetável a inviabilidade deste programa.

De acordo com Djau, (2019) et Guimarães, (1992), citados por Siga, (2022, p. 57), o PAE priorizou o saneamento das finanças públicas e serviços manufaturados no meio urbano, como forma de honrar os compromissos com doadores em detrimento da produção rural. Essa situação não contribuiu para dinamização do empreendedorismo no meio rural nem para a criação de empregos e rendimentos, restando a população rural a busca de alternativas para a subsistência e de forma informal.

O principal prejudicado com a ineficiência e ineficácia desta política pública é a população rural, passando a lutar pela sua subsistência e relegada a informalidade e a pobreza.

Handem et. Camará (2005), citado por Siga (2022, p. 57), vê a liberalização econômica e a liberdade de fazer negócios como os principais benefícios do Programa de Ajustamento Estrutural. Para os dois, o programa teve reflexos no comportamento, na atitude e nas estruturas das famílias.

Ainda segundo os dois, o programa permitiu o surgimento das iniciativas empreendedoras e oportunidades para homens, mulheres e jovens dinâmicos, assim como as mudanças de mentalidade na busca de oportunidades de emprego e rendimentos, permitiram o surgimento e desenvolvimento das ideias de empreender, reflexo da situação socioeconômica.

Uma visão que a meu ver, pareceu-me irrefutável, mas falta ressaltar o emergir da informalidade, consequência da situação socioeconômica vigente na altura.

Parafrazeando Djaló, (2014), citado por Siga, (2022, p. 57),

Por não ter sido acompanhado de políticas e ações concretas que apoiem e orientem as iniciativas empreendedoras no processo de criação de empresas que para além de outras coisas, geram empregos e rendimentos, principalmente no meio rural o Programa de Ajustamento Estrutural acabou permitindo o crescimento acentuado da economia informal, que por sua vez deixou o Estado impotente, sem recursos para financiar projetos sociais de melhoria de condições de vida da população e nem reduzir a pobreza e a desigualdade social. A consequência do fiasco do Programa de Ajustamento Estrutural era visível na vida das pessoas.

De acordo com Desidério, (2017) et Sucuma, (2018), citados por Siga, (2022, p. 57),

Por outro lado, teve impactos na vida socioeconómica e política do país, pois ajudou a adensar as condições de vida das populações, alentado pelas consequências das restrições à despesa pública exigidas pelos doadores. Isso enfraqueceu a política social do Governo essencialmente nos setores sociais, tais como: saúde, saneamento básico e educação, transferindo estes custos para as famílias.

O programa previa a concessão de créditos sob forma de alavancar o setor privado para os novos desafios que enfrentava.

Havia discriminação na concessão de créditos para os agricultores, verificou-se que uma classe privilegiada dos agricultores privados, chamados ponteiros, familiares e/ou amigos da classe política se beneficiou com os primeiros créditos concedidos sem critérios, principalmente para se dedicarem à produção de caju.

Havia um conflito no meio rural, resultante das ações desconcertadas no uso dos fundos concedidos pelo BM e FMI, nomeadamente o acesso à terra.

“Os fatos que resultaram no aumento da pobreza e desigualdade social a nível nacional e com o maior impacto no rural”, visão partilhada entre Camará, (2010), Djaló, (2014) et Sucuma, (2018), citados por Siga, (2022, p. 58)

A solução viável apontada para o caso guineense para fazer face ao desafio da concorrência de mercado, é que, o governo deve optar pela reforma tributária.

Com a reforma tributária, isso vai exigir do governo a adoção de medidas protecionistas de mercado com o benefício para os operadores económicos nacionais (pequenas, médias e grandes empresas).

Essas medidas, vão permitir que os operadores económicos deixassem o comércio informal e passar a atuar no comércio formal, permitindo que os mesmos possam estar fortalecidos para enfrentar uma concorrência de mercado, seja a nível interno como externo.

Documento Estratégico Nacional de Redução de Pobreza (DENARP I e II)

O DENARP I é um instrumento de governação que surgiu após o PAE.

Parafraseando, Djau, (2019), citado por Siga, (2022, p. 59),

Após o fim do PAE no final dos anos 1980, o país perdeu a confiança dos principais credores internacionais, nomeadamente FMI e BM. O país deixou de ter um plano norteador que definisse as políticas públicas e as estratégias do desenvolvimento. Mesmo com a adesão à UEMOA, o país não conseguiu sair do isolamento financeiro em que se encontrava, resultado da má gestão dos fundos dos investimentos e do não pagamento das dívidas contraídas com os parceiros bilaterais e multilaterais.

Os anos 90 foram caracterizados por grandes dificuldades socioeconómico e político-institucional.

Após as primeiras eleições multipartidárias do ano de 1994, o país conheceu crises económicas, a guerra político-militar de 1998 veio agravar ainda mais a situação económica do país.

Com o propósito de reatar as relações com o FMI e BM, o Governo elaborou o DENARP I, este documento foi apresentado numa conferência de doadores em Genebra em 2006.

De acordo com Sangreman, (2016), citado por Siga (2022, p. 60), “era na realidade um documento de políticas económicas e sociais com um eixo transversal de combate à pobreza seguindo o paradigma internacional vigente”.

Segundo os dados do Governo da Guiné-Bissau no ano de 2005, em 2004 a pobreza absoluta no país era de 68,5% e a extrema pobreza estava na faixa dos 22% da população, tudo isto resulta de políticas macroeconómicas e setoriais implementadas de forma inadequada (Siga, 2022, p. 60).

Ficou claro que os programas de desenvolvimento implementados foram incapazes de inverter o quadro da situação calamitosa em que o país se encontra (principalmente a nível económico), o setor agrícola, pesca, turismo, está completamente desvalorizado devido ao fraco investimento do governo.

O investimento privado é demasiado fraco devido a ausência de um clima favorável para negócios e investimentos (a crónica instabilidade político-governamental é o principal responsável de tudo isso).

Segundo o Governo da Guiné-Bissau, em (2005) citado por Siga, (2022, p. 60),

Assumia estar ciente das dificuldades que o país enfrentava, tendo uma economia debilitada, um setor privado pouco dinâmico e ausência de um capital humano à altura das necessidades por um lado. Por outro, a instabilidade político institucional, as fragilidades da governação mostraram-se prejudiciais à aplicação de políticas económicas e sociais capazes de convergir no relançamento económico e na redução da pobreza. No tocante às políticas setoriais constatou-se uma debilidade das infraestruturas de apoio às atividades económicas, as dificuldades de abastecimento da energia elétrica configuram entre os maiores obstáculos ao desenvolvimento económico e social.

A Guiné-Bissau dispõe de condições naturais propícias para à prática agrícola, mas depara com dificuldades técnicas e organizacionais, aliado isso à fraca produtividade e isolamento das regiões produtivas (infraestruturas rodoviárias são quase inexistentes) e isso dificulta o desenvolvimento numa agricultura competitiva.

Também, o setor das pescas com potencial, mas sofre da fraca infraestruturização e do fraco rendimento da pesca artesanal, a concessão de licenças de pescas de forma descontrolada, o que favorece uma má exploração dos recursos haliêuticos ameaçando o ecossistema marinho nacional, sem tomar em consideração outros setores importantes da economia nacional...

Tal e qual os outros programas de desenvolvimento, neste também não se constata nenhum sinal de apoio ao empreendedorismo, principalmente no meio rural, sendo meio rural, considerado base produtiva do país (campos agrícolas).

Em suma o Governo decidiu desenvolver ações concretas para o desenvolvimento do capital humano e estabelecer a estratégia de luta contra a pobreza, portanto definiu-se os quatro principais eixos:

- 1) Reforçar a governação, modernizar a administração pública e assegurar a estabilidade macroeconómica;
- 2) Promover o crescimento económico e a criação de empregos;
- 3) Aumentar o acesso aos serviços sociais e às infraestruturas de base;
- 4) Melhorar as condições de vida dos grupos vulneráveis.

De acordo com Djaló, (2014) et Djau, (2019), citados por Siga, (2022, p. 61) o DENARP I foi elaborado e executado dando a sua atenção no fortalecimento e na criação de condições para o crescimento económico, privilegiando as atividades voltada à temas centrais da fragilidade do país envolvendo educação,

saúde, saneamento, capacitação profissional, reforço de capacidade e reforma institucional, meio ambiente entre outros. Porém, como uma política pública, não produziu resultados satisfatórios, não houve melhoria no objetivo principal que é a redução da pobreza. Este aumentou para 69% em 2011 contra 68,5% registada em 2004, com impactos negativos nas camadas mais desfavorecidas.

Importa clarificar que, não existe uma política do Estado providência em relação a população pobre, o Governo vigente na altura, não deixou clara as políticas para os setores produtivos da economia (principalmente a agricultura).

Todo o guineense médio, sabe que o país não dispõe de capacidades financeiras para investir nas máquinas e equipamentos agrícolas em grande escala, mas o país poderia estabelecer acordos com o propósito de mobilizar recursos que possibilitam o incremento e a transformação do setor agrícola, obviamente que isto minimizaria as dificuldades das pessoas que vivem nas zonas rurais.

Com o eventual desenvolvimento do setor agrícola, de certeza que outros setores da economia nacional iriam avançar, acompanhando toda a dinâmica económica do país, criando mais emprego, gerando mais rendimento para as pessoas e as famílias e por último e não menos importante, melhorando a qualidade de vida das pessoas.

O DENARP II é um documento quinquenal (2011-2015), inspirado e elaborado através das conclusões tiradas no DENARP I.

O documento tem como pedra basilar a estabilização política e a consolidação da paz e do Estado de Direito, acelerar o processo de crescimento económico sustentável e desenvolvimento dos recursos humanos.

O crescimento económico sustentável, é tida como o objetivo primordial, porque é condição sine qua non para a redução significativa da pobreza.

O DENARP II sendo um documento inspirado no DENARP I, visa concretizar um certo objetivo, razão pelo qual o documento é dividido em quatro eixos a saber:

- 1) Fortalecer o Estado de Direito e as instituições republicanas;
- 2) Garantir um ambiente macroeconómico estável e uma boa gestão das finanças públicas com o intuito de criar ótimas condições para assegurar o crescimento e o desenvolvimento do setor privado;
- 3) O papel de crescimento económico na redução da pobreza (focando em quatro setores estratégicos e produtivos: agricultura, pesca, pecuária e turismo). Também

- incorpora as infraestruturas económicas básicas, nomeadamente energéticas e transportes, desenvolver as capacidades institucionais, técnicas e financeiras;
- 4) Elevar o nível de desenvolvimento do capital humano.

Evocando o Governo da Guiné-Bissau, (2011), citado por Siga, (2022, p. 62)

O DENARP II foi elaborado a partir de um processo alargado de consultas, reuniões e seminários que envolveram todas as camadas sociais do país e representantes de todas as regiões: mulheres, jovens, autoridades centrais e locais, organizações da sociedade civil, comités das tabancas e regulados e os parceiros de desenvolvimento, inclusive os corpos técnicos do FMI e BM.

Mesmo com a inclusão de quase toda a franja da sociedade guineense, este programa de desenvolvimento não teve sucesso na sua implementação e execução devido a crónica e persistente instabilidade político institucional em que o país está submerso até os dias que correm.

O DENARP II foi elaborado em 2011, mas infelizmente não chegou a se iniciar a sua implementação e exequibilidade devido as questões político-institucionais e que veio a culminar com a queda do Governo em 2012 devido ao golpe de Estado.

O Governo posterior a fase de transição, não veio a dar sequência com o programa de governação anterior, decidindo criar o seu próprio programa.

Portanto, o programa que aspirava a lutar e reduzir a pobreza não passou simplesmente de uma intenção pré-concebida.

Desenvolvimento económico versus crescimento económico

Para quem estudou a economia ou tem uma formação ligada ao curso da mesma, percebe e sabe que há uma diferença entre o desenvolvimento económico e o crescimento económico.

O conceito do desenvolvimento económico na sua forma mais abrangente, surgiu no período depois da Segunda Guerra Mundial, para incrementar o processo de industrialização incipiente e os esforços dos países europeus, que almejavam se reerguer das consequências danosas da guerra. Embora esse termo

desenvolvimento já tivesse surgido muito antes desse período, no pós-guerra ele começou a ganhar significância no campo económico. Foi utilizado na época por todos os países ocidentais, que se dispunham livrar o mundo, e, obviamente seus próprios territórios, dos problemas sociais que os assolavam, tais como: guerra, desemprego, miséria, discriminação racial, desigualdades políticas, económicas e sociais. (Oliveira, 2002), citado por Siga, (2022, p. 22 e 23).

O desenvolvimento económico é abrangente as diversas estruturas da sociedade contemporânea. É o resultado das políticas delineadas, que visa a transformação social, a produção de bens e serviços indispensáveis pela sociedade.

De salientar ainda que, o desenvolvimento económico está ligado a especificidades de cada país ou região, da sua história, da situação geográfica, da sua demografia, da cultura e dos recursos naturais que o país ou região possui.

No caso específico da Guiné-Bissau, a ausência do desenvolvimento económico na vida da maioria da população, podemos associa-la as políticas públicas erradas desencadeadas pelos sucessivos governos, pelo historial de ser um país com constantes instabilidades políticas e militares, um país vulnerável, com instituições frágeis e propenso aos golpes de Estado (militares e palacianos), um país pequeno com uma população pequena, que não produz quase nada, mas inserida numa comunidade económica com mais de 200 milhões de habitantes... todos estes elementos devem ser levados em consideração (mesmo sendo os atores políticos e militares guineenses, principais responsáveis pela não estabilização e conseqüentemente o não desenvolvimento do país).

É preciso ter uma estratégia governativa bem elaborada, que visa defender os interesses do país e a transformação da vida das populações de forma qualitativa, através da melhoria dos indicadores socioeconómicos, desde: saúde, educação, habitação, emprego, igualdade de oportunidades.

O desenvolvimento económico, de acordo com o que argumenta Biancarelli; Rossi, 2014 citado por Siga (2022, p. 23),

Se define mais por questões como o papel do Estado na economia, o conjunto de políticas industriais, de regulação, infraestrutura, financiamento, distribuição de rendimento e demais frentes e de ação social entre muitas outras". É doutrina que ensina a maneira do Estado intervir no processo de desenvolvimento.

Em suma, o desenvolvimento económico na prática é a redução dos indicadores da pobreza, desemprego, desigualdade social, e melhoria na qualidade de saúde, educação, habitação, alimentação, transporte.

Enquanto que o crescimento económico, está associado aos indicadores do rendimento e do PIB, ou seja, é a utilização eficiente dos recursos produtivos e o consequente aumento da produtividade (relação capital-trabalho).

Segundo Oliveira, (2002), citado por Siga, (2022, p. 24) “qualquer forma ou modelo do desenvolvimento económico deve proceder do crescimento económico acompanhado com a melhoria na qualidade de vida dos cidadãos e dos indicadores sociais”

Em suma, alguns autores chegaram à conclusão de que,

A dinâmica do desenvolvimento se reflete na diminuição dos indicadores de pobreza, desemprego, desigualdade social e melhoria nas qualidades de saúde, nutrição, educação, moradia e transporte, ou seja, na variação ótima do crescimento económico definido pelos indicadores de renda e do PIB. Já o crescimento económico está atrelado à utilização eficiente dos recursos produtivos à disposição, isto é, reflete basicamente ao aumento de produtividade. Ou seja, está diretamente ligado a mudanças na clássica relação capital-trabalho (Milone, 1998; Kuhn, 2015; Raiher, Ferrera de Lima e Ostapechen, 2017), citadas por Siga (2022, p.24).

Cada setor social de um país, deve merecer a atenção e consequente satisfação daquelas necessidades, nesse sentido, o crescimento económico deve acontecer num ritmo capaz de atender estas demandas.

No caso concreto da Guiné-Bissau, onde todos os setores da vida social requerem uma urgência, pelo menos garantir o básico das necessidades dos cidadãos por parte do governo, é preciso que se faça uma boa gestão dos recursos disponíveis e também fazer uma distribuição racional conforme o plano estabelecido pelo mesmo.

Só assim, o país é capaz de dar os passos importantes para a satisfação das necessidades coletivas.

De nada serve, o crescimento do PIB e a vida das populações continuam a ser uma autêntica precariedade, em que há ausência até daquele que é considerado o básico para uma família.

É preciso mudança nas políticas tomadas até agora, é urgente a existência do Estado providência ou Estado do bem-estar social.

Empreendedorismo, empreendedor e a informalidade

É importante precisar que os desafios do desenvolvimento do setor privado em África são explicitamente conhecidos (tanto ao nível endógeno como exógeno), estão amplamente documentados, evocando Bank, (2020), citado por Fernandes, (2023, p. 19).

Para além da dimensão limitada do mercado, o elevado custo de fazer negócios, a escassez da mão de obra qualificada e o baixo nível da educação e formação são preocupações específicas que impedem iniciativas privadas nos pequenos Estados, nomeadamente, Guiné-Bissau. (Fernandes, 2023, p. 19)

O empreendedorismo sendo uma atividade económica, muitas pessoas acabam por cometer erros, pensando que os efeitos são e serão sempre positivos.

Segundo Desai (2013), citado por Fernandes (2023, p.19), “em muitos casos, os investigadores assumem os efeitos positivos sem elevar em conta que essas atividades também podem ser destrutivas”.

De acordo com Audretsch, (2009), citado por Fernandes, (2023, p. 19), “ênfatisa como os poderes públicos incentivam o empreendedorismo sem evidências sólidas que o justificam”.

Ainda parafraseando Rosa, (2002), citado por Fernandes, (2023, p. 19), “nesse desejo preocupam-se apenas em promover o empreendedorismo, sem levar em consideração o tipo de atividade, o que pode levar a resultados inesperados”.

Centralizar-se no caso específico da Guiné-Bissau, há um risco elevado no exercício da atividade empreendedora. O país tem carências em quase todos os setores da vida económica e social. No que concerne à legislação/regulamentação com o intuito de facilitar e proteger quem pratica esta atividade, é preciso ser melhorada e atualizada para que os empreendedores consigam concorrer com os demais da nossa sub-região.

No que concerne ao empreendedorismo

De acordo com Seymon, (2008), citado por Correia (2017, p. 14). “Não há uma definição clara sobre o conceito de empreendedorismo, apesar de ser conhecido de um modo geral, o conceito em questão é tão próximo das outras áreas académicas, como por exemplo, a economia, a administração.” Isso demonstra claramente que, em relação à definição ou contextualização do empreendedorismo, é possível existir discordâncias. Segundo Hirsh (1986), citado por Correia (2017, p.14), “a palavra empreendedorismo (entrepreneur) vem de origem francesa e quer dizer aquele que assume riscos e começa algo de novo”.

No séc. XVII época que empreendedorismo foi conhecido como pessoa que assume risco e também marcado como época em que o empreendedorismo estabelece um acordo contratual com o governo na qual o empreendedor passa a assumir prejuízos ou lucros da realização de serviços. Dornelas, (2001), citado por Correia, (2017, p.14).

Para Schumpeter (1949), citado por Correia (2017, p.15), “o empreendedorismo é entendido como aquele que destrói a ordem económica antiga para introduzir novos produtos e serviços, pela criação de novas formas de organização”. Enquanto, na ótica de Barreto, (1998), citado por Correia, (2017, p. 15), “empreendedorismo é a habilidade de criar e construir algo a partir de muito pouco ou de quase nada. Ou seja, é o desenvolver de uma organização em oposição a observá-la, analisá-la ou descrevê-la”. Todas essas correntes de pensamento (definição um pouco diferente, mas complementares) vêm enriquecendo o conceito de empreendedorismo. Falando no caso em concreto da Guiné-Bissau (empreendedorismo jovem), começo por aclarar os condicionantes, as deficiências e potencialidades com que empreendedorismo jovem se depara. Mantendo foco especificamente na temática do empreendedorismo jovem na Guiné-Bissau, começo por dizer que, existem dois objetivos como pedra basilar para este assunto, aos quais são: Debater empreendedorismo para as pessoas detentoras da faixa etária (18 a 35 anos) na Guiné-Bissau.

Criar condições objetivas e identificar a correlação entre o empreendedorismo juvenil e as políticas governamentais em sintonia com os seus parceiros (bilateral e multilateral),

no que diz respeito ao emprego jovem e formação profissional. Um país como a Guiné-Bissau, onde o governo (Estado) é o maior empregador e detentor das políticas públicas, falar do empreendedorismo jovem, significa, falar da resolução dos problemas sociais e económicas para determinada faixa etária e não só. Há uma situação calamitosa em relação ao emprego jovem na Guiné-Bissau, esta situação requiere uma urgência para a sua resolução. No meu país, todos os setores têm os seus problemas caóticos, mas de qualquer das formas é preciso estabelecer prioridades, os sucessivos governos (alguns de pouca duração) têm falhado na resolução dos problemas sociais e económicos. Muitos jovens, vêm no empreendedorismo (mesmo em condições informais até porque o nosso país é caracterizado pela informalidade) como condição “sine qua non” para satisfação das suas necessidades, realização das suas despesas e gerar riquezas (mesmo sendo poucas). Em (2017-2018), houve uma tentativa de alavancar o empreendedorismo jovem na Guiné-Bissau, através do programa “DESAFIO GB” financiado pelo BM, com o propósito de selecionar, formar, financiar e acompanhar cerca de 50 jovens guineenses. Contudo, em prática, verificou-se, em minha modesta opinião, uma triste politização e utilização deste mecanismo de financiamento. O empreendedorismo jovem que era suposto contribuir para a diversificação da economia nacional, foi destinado para outros que, a priori não era suposto inicialmente.

Ou seja, houve “vencedores” que os próprios formadores “não contavam que tivessem ou merecessem o financiamento” por razões objetivas que só quem fizesse essa “escolha” saberá explicar, contudo não se pode generalizar”, artigo de Fernandes, 2019. Esta é uma das condicionantes e deficiências, que faz com que, o empreendedorismo jovem tem tido grandes dificuldades para a sua verdadeira afirmação e dinamização. A interferência e politização de tudo e mais alguma coisa, tem sido dos grandes entraves para muitas das iniciativas valiosas para a juventude guineense. A Guiné-Bissau é um país virgem (ainda quase todas as áreas não são exploradas), o país é abençoado pela natureza com os recursos, se os sucessivos governos tivessem colocado na sua agenda, a preparação e o empoderamento dos jovens (que constituem mais de 60% da população), obviamente que, através do empreendedorismo, a máquina empregadora deixaria de ser o setor público (o Estado). Com a potencialidade de que dispormos (recursos naturais e outros), se fizessem só, o bom uso de exploração de castanha de caju, a pesca e a agropecuária, de certeza que não estaríamos em condições tão precárias em que nos encontramos.

O papel do Empreendedor

A temática do empreendedor é interessante, principalmente no contexto em que nos encontramos. Ser empreendedor implica necessariamente correr riscos pelas decisões que vão ser tomadas ao longo do caminho que vai ser percorrido.

Um projeto empreendedor, significa correr riscos em vários domínios, desde: alocação dos recursos, aquisição dos equipamentos, risco com o pessoal, etc...

Tomando em consideração todos estes elementos, significa que, o empreendedor deve tomar em consideração estas situações, com o propósito de minimizar os riscos aos quais o projeto está exposto e as suas incertezas.

Um projeto empreendedor não é estático, está sempre sujeito as mudanças em função de novos desafios que vão aparecer. Esta, é uma das características que torna tão difícil a vida de um empreendedor, ou seja, é necessário estar em constantes tomadas de decisões e assunção das consequências advindas das decisões tomadas.

Os empreendedores são pessoas diferentes dentro de um mundo comum, pessoas inteligentes, as vezes difíceis de compreender (fruto das decisões e os riscos que decidem correr).

Fica difícil definir o empreendedor numa única perspectiva, daí tenho que imergir em diferentes contextos definidos por diferentes autores.

Segundo Soros, (1996), citado por da Costa, (2022, p. 20) refere que,

cresci a errar e a corrigir os meus erros, num mundo onde as pessoas têm enormes dificuldades em admitir as próprias falhas. Atribuo o meu sucesso a capacidade de perceber com clareza os meus próprios erros e a capacidade de os corrigir mais rapidamente do que as outras pessoas nos mercados financeiros. Só errando e tendo de lidar com as consequências é que se aprende.

Aqui, vê-se qual é a realidade ou a visão do empreendedor, que é o risco incorrido para tomar uma decisão, se der errado é duramente punido pelo mercado, mas o que lhe diferencia das pessoas comuns é a capacidade de perceber o motivo pelo qual falhou e aproveita esta falha para crescer e tentar de novo ter o sucesso almejado.

“O empreendedor é o indivíduo que assume riscos e não necessariamente o que fornece o capital”, Cantillon (1931), citado por da Costa (2022, p. 21). Para Say, (1803), citado por da Costa, (2022, p. 21), concorda com esta visão e acrescenta que “o

empreendedor é quem assume a coordenação de serviços produtivos com o objetivo de obter lucro, nada tendo a ver com a origem do capital”.

“Em muitos dos casos, o empreendedor é tido como quem antecipa as necessidades futuras das organizações, segundo Menger, (1871), citado por da Costa, (2022, p. 21)”.

“O empreendedor tem a capacidade para lidar com as incertezas, Knight, (1921), citado por da Costa, (2022, p. 21)”. “É o inovador que pratica a destruição criativa, Schumpeter, (1988), citado por da Costa, (2022, p. 21)”.

Em suma, posso dizer que o empreendedor é alguém que rompe com o “modo operandi” e cria alternativas novas e lida com todos os aspetos decorrentes dessa realidade.

Ainda, dando destaque ao, Sander et al, (1999), citados por da Costa, (2022, p. 21), afirmam que,

Empreendedores são aqueles que detetam e criam oportunidades, lidam com a incerteza, introduzem novos produtos ou ideias, decidem sobre a afetação de recursos e gerem negócios em situação de concorrência com outros na partilha de mercado.

Existem dois correntes de pensamento em relação a atividade ou campo de atuação do empreendedor, esta doutrina foi explicitada por Sarkar, (2010) citado por da Costa, (2022, p 21), exemplo:

- Os economistas valorizam mais no empreendedorismo a questão da inovação;
- Os comportamentalistas relacionam mais o conceito com os aspetos criativos e intuitivos dos empreendedores.

Voltando ao Schumpeter, (1949), citado por Correia, (2017, p. 15), “o empreendedor é aquele que cria novos negócios, mas pode também inovar na base de negócio já existente”.

Dando ênfase, ao pensamento de Dornelas, (2001), citado por Correia, (2017, p. 15) descreveu os empreendedores de seguinte forma:

São pessoas visionárias, que sabem tomar decisões, que sabem explorar ao máximo as oportunidades, que são determinados e dinâmicos, que são dedicados, que são otimistas e apaixonados pelo que fazem, que são independentes, que ficam ricos, que são líderes e formadores de equipas, que são bem relacionados, que planejam, que possuem experiências, que assumem riscos e por último e não menos importante, são pessoas que criam valor para a sociedade.

Para fechar a temática do empreendedor, quero aqui expor o pensamento de Schumpeter, (1949) que é o mais conhecido hoje em dia, quando o assunto se trata do pensamento económico, ele defende que, o ato empreendedor é a principal razão do desenvolvimento económico dentro do capitalismo, ao mesmo tempo, o autor percebe a inovação como responsável de causar desequilíbrio na estabilidade dos ciclos económicos, fazendo com que as antigas empresas, monopólios e mercados sejam destruídos para dar lugar as mais novas, sendo o fenómeno de destruição é conhecido hoje como destruição criativa.

Metodologia

O objetivo central deste trabalho é a temática do empreendedorismo e algumas atividades empreendedoras associadas à informalidade na sociedade guineense, como um dos meios de subsistência praticado por muitas pessoas, principalmente na faixa etária dos 18-35 anos, devido à escassez de emprego e à dificuldade na formalização das empresas.

Neste trabalho utilizamos o método qualitativo de carácter exploratório, para a coleta das informações, discussões e, conseqüentemente, a chegada dos resultados pretendidos. Tudo isso, através das entrevistas telefónicas e de contato no terreno junto das pessoas que desenvolvem atividades empreendedoras, sejam elas formais e informais.

A escolha dos entrevistados foi intencional, tendo em conta o resultado que pretendemos chegar. Como disse anteriormente, nesta pesquisa, elegemos o método de pesquisa exploratória cujo objetivo é proporcionar maior familiaridade com o problema de pesquisa, por forma a torná-lo mais claro ou a construir hipóteses.

De acordo com Gil, (2002), citado por Fernandes, (2023, p. 9), a grande maioria dessas pesquisas envolve (a) levantamento bibliográfico; (b) entrevista com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; (c) análise de exemplos que estimulem a compreensão. Essas pesquisas podem ser classificadas como: pesquisa bibliográfica e/ou estudo de caso.

Esta visão inspiradora acaba por facilitar o nosso trabalho, permitindo a coleta das informações de acordo com os questionários que elaboramos.

Sendo assim, a realização de entrevistas exploratórias nas fases seguintes, no nosso entendimento pareceu ser a metodologia correta para acrescentar e complementar as informações já existentes facilitando a compreensão e interpretação do fenómeno do empreendedorismo na Guiné-Bissau.

Avaliando os impactos da metodologia aplicada durante as pesquisas, acabamos por admitir que conseguimos os resultados pretendidos neste processo. Conseguimos identificar os problemas, a motivação, as necessidades das pessoas... que atuam neste setor de atividade.

As regiões do interior da Guiné-Bissau sofrem bastante com falta de presença das autoridades, falta das infraestruturas, desigualdade social, falta das oportunidades...

Uma das razões que motivaram a escolha de pessoas desta faixa etária é por ser a faixa etária que mais sofre com a situação do desemprego e falta de oportunidade no país.

Resultados e análise

Informalidade

No caso específico da Guiné-Bissau, a informalidade está intrinsecamente ligada ao empreendedorismo e aos empreendedores.

Dando ênfase a esta preocupação, vou expor a entrevista desenvolvida com alguns empreendedores. Estes senhores deram-me o testemunho sobre a forma como desenvolvem suas atividades.

Relevar a atividade empreendedora no meu país é falar das pessoas que lutam pela sua independência económica e financeira, que procuram garantir o seu sustento de dia a dia e conseguem ganhar alguma margem de lucro, este recurso será posteriormente investido com o intuito de incrementar o seu negócio.

Na Guiné-Bissau, os jovens representam a maioria da população, mas infelizmente o país não dispõe de políticas de emprego capazes de cobrir a demanda desta classe e não só.

Dando relevância a esta questão, trago a entrevista desenvolvida com quatro senhores empreendedores: Aissatu Bari (30 anos), Windjaba Virgílio Ié (25 anos), Bruno Sanca (30 anos) e Veronica Biaguê (35 anos).

Da conversa desenvolvida com Aissatu, a senhora destacou a importância da atividade empreendedora e informal na sua vida (conseguir pagar as suas despesas e investir na educação dos seus dois filhos).

“Vendo manga, ananás, fole e outras frutas... dos lucros conseguidos nesta atividade, é com os mesmos que eu vou pagar a escola dos meus dois filhos e conseguir levar a comida à casa para o sustento do dia a dia. Não são grandes margens de lucro, mas com o pouco que se ganha, consigo fazer uma pequena poupança e depois investir nos meus filhos”.

Relato de uma senhora que compra todos os produtos necessários junto dos camponeses fora da cidade de Bissau, para aquisição dos produtos tem de acordar muito cedo para apanhar o transporte com o intuito de chegar o interior do país, às vezes em situações de risco. Num país como o nosso, onde há pouco apoio do Estado ou quase nada, as pessoas que empreendem tendem a lutar diariamente para conseguir melhorar sua situação de vida.

É de capital importância dizer que, estas pessoas muitas das vezes são impostas aos pagamentos de taxas isoladas, em certos casos ilícitos devido a fragilidade das instituições da república.

Ao debruçar-se sobre a entrevista desenvolvida com Windjaba Virgílio Monteiro Ié, constatei que estou perante uma jovem com foco e uma meta estabelecida, “com o dinheiro ganho neste trabalho, faço questão de investir uma parte na minha preparação escolar, neste momento estou a formar-me na escola 17 de fevereiro, fazendo o curso da professora do ensino básico”.

Para quem conhece Bissau, o antigo espaço verde de bairro de ajuda passou a funcionar como um mercado para a venda de diversos produtos (o espaço foi improvisado desde o ano de 2020 durante a vigência do covid 19 e continua até hoje), é neste espaço que a Windjaba desenvolve suas atividades de venda de produtos agrícolas e não só.

“Aprendi a fazer este trabalho com a minha mãe, mas agora, como ela já está numa fase um pouco debilitada do seu estado de saúde, decidi assumir o trabalho na íntegra. Os produtos são diversos, desde óleo alimentar, cebola, batata-doce, repolho, couve, pimenta... o importante é ter a disposição tudo aquilo que o cliente precisa”.

Estamos perante uma menina que trabalha e estuda, com este trabalho consegue suportar suas despesas e proteger sua família.

“Como a minha mãe já não consegue trabalhar como dantes, ela passou-me a estafeta, agora consigo trabalhar e pagar as contas de casa. Nossa família tem um agregado de 4 pessoas e graças a Deus conseguimos ter o básico em casa e a família está unida”.

A Windjaba é uma menina dos 25 anos, que além de batalhadora é corajosa, ela tem a ambição de formar, mas muito cedo foi ensinada pela mãe de que, é uma soldada a serviço da família. Como ela, há várias pela cidade capital (Bissau) e nas regiões do país.

Em relação a entrevista desenvolvida com Bruno Sanca o jovem empreendedor, constatei que estou perante um jovem com foco e uma meta estabelecida, “o meu trabalho está ligado a restauração, forneço comidas e bebidas para algumas instituições em caso for contactado, na maioria das vezes dou pequeno-almoço e lanches”. Segundo o mesmo, ainda o seu projeto está a funcionar na informalidade.

“De momento não consegui legalizar a minha empresa, devido ao preço exigido e também por questões burocráticas, mas num futuro próximo espero resolver este dilema. Mas, para já consegui criar um NIF para a minha futura empresa e cumprir com todas as exigências impostas pela administração fiscal”.

Com tudo, importa frisar que, o projeto de fornecimento das refeições criado pelo Bruno consegue gerar algum rendimento e margem de lucro que no futuro possa ajudar na afirmação definitiva das suas ideias (criação da empresa de Catering).

De acordo com a realidade guineense, as instituições públicas vocacionadas para a legalização das pequenas, médias e grandes empresas, têm constituído muitas vezes o principal obstáculo para legalização das mesmas. O preço ora praticado constitui o principal problema, muitos dos projetos idealizados pelos jovens não têm nenhum financiamento ou apoio de qualquer que seja instituição, seja ela pública ou privada, o que torna difícil um jovem ter a quantia de dinheiro exigida por essas instituições. As exigências das instituições bancárias para o financiamento e concessão dos créditos são extremamente apertadas para quem vai iniciar sua atividade empreendedora.

Duma forma sucinta, é preciso melhorar o quadro das exigências tanto do público como dos privados (a banca principalmente) se não, todas as partes que podiam beneficiar com a atividade empreendedora vão sair a perder (o Estado perde os impostos, as bancas perdem os juros e os empreendedores estão sujeitos ao impedimento das suas atividades devido a questão de ilegalidade e conseqüente perda de dinheiro) e a pobreza vai continuar a aumentar.

Também destaco a personalidade de Veronica Biaguê (também apelidada de Aicha), uma senhora determinada em ter a sua independência e construir uma vida melhor. A Verónica desenvolve quase a mesma atividade que a de Aissatu, a diferença é que ela possui um fornecedor de produtos (melancia e outros) do interior do país para a capital, Bissau. Mesmo com as dificuldades encontradas no terreno, ela afirma que consegue viver bem, fruto da atividade de compra e venda dos seus produtos.

A atividade empreendedora desenvolvida por estes senhores não está regulamentada, mas conseguem gerar rendimentos e investem nas suas famílias. Geram rendimentos, mas não pagam os impostos, o único compromisso é com a edilidade, a Câmara Municipal de Bissau (paga a taxa de ocupação do espaço cedido), faz todo sentido a organização deste setor, porque além de ser importante pelo consumidor o Estado tiraria uma boa vantagem através dos impostos e das taxas (mediante a prestação de diversos serviços).

Em suma, na Guiné-Bissau, empreendedorismo é associado a economia informal, o que por si só, revela a fragilidade do Estado perante a sociedade. Se todos os setores da atividade económica fossem regulamentados, por mais que o país não tenha o setor privado gigantesco, mas conseguiria resolver muitos problemas sociais, fruto da receita pública conseguida através da cobrança dos impostos (porque quanto maior for a base tributária, maior será as receitas fiscais).

Microcrédito como estratégia de luta contra a pobreza e exclusão social

O conceito de pobreza está associado aos países em vias de desenvolvimento, como fome, a subnutrição, a falta de água potável, ou seja, a incapacidade do Estado na satisfação das necessidades básicas da população, são desafios do dia a dia.

“Contudo, a Europa também é afetada pela pobreza e pela exclusão, apesar de estes problemas poderem não ser tão gritantes, são ainda assim inaceitáveis”, Costa, (1998) citado por da Costa, (2022, p. 28)

A pobreza é um fenómeno social criado pelo homem através da ausência de políticas conducentes à sua manutenção (a ausência de Estado providência em certos setores, a corrupção institucionalizada principalmente em países em vias de desenvolvimento...) tudo isso é consequência da disfuncionalidade do sistema económico capaz de estancar e não permitir a vigência da pobreza.

Parafrazeando Maciel (2008), citado por da Costa (2022, p. 28), “a pobreza como fenómeno social inquieta de diversas maneiras, seja porque ela evidencia o sistema económico como fonte de desigualdade ou pelo fato de tornar-se um perigo constante frente a ténue ordem estabelecida”.

A pobreza não representa simplesmente, um meio de desigualdade, mas fazendo uma análise crítica e exaustiva, concluiremos que é também um meio de exclusão social.

Segundo Santos, (1995), citado por da Costa, (2022, p. 29), há diferença entre desigualdade e exclusão, já que a desigualdade é um fenómeno socioeconómico, que assenta na noção de igualdade, enquanto a exclusão se funda no carácter essencial da diferença e é um fenómeno da civilização. E de acordo com o que argumenta, Monteiro, (2003), citado por da Costa, (2022, p. 29), “de modo bastante simples, pode-se dizer que a pobreza corresponde à condição de não satisfação de necessidades humanas elementares como comida, abrigo, vestuário, educação, assistência a saúde entre várias outras²

Defino a pobreza como a ausência da satisfação das mais básicas necessidades elementares do homem.

Costa (1998), citado por da Costa (2022, p. 29), o conceito de exclusão social é anterior à década de 80, tendo surgido em França nos anos 60, referia-se à marginalização face a bens e serviços a “que parte da população tinha acesso”. Encara a pobreza como problema individual ligado ao liberalismo económico, tomando como mediação da pobreza a base de rendimento, análises económicas e critérios macroeconómicos associados ao crescimento.

Parafrazeando Almeida et al., (1994), citado por da Costa, (2022, p. 29),

a ausência ou insuficiência de recursos sociais, políticos, culturais e psicológicos é enquadrada teoricamente pelo conceito de exclusão social. Contudo este e o fenómeno de pobreza divergem entre si, sendo que uma das principais diferenças se reporta as modalidades de identificação.

Para Lamarque, (1995), citado por da Costa, (2022, p. 29) é fácil identificar as situações de pobreza, tendo por referência um padrão mínimo em termos de rendimentos e nível de vida. A exclusão, por seu turno, é um processo mais complexo em que causas e consequências aparecem entrelaçadas entre si, não sendo um processo redutível a situação de carência, em termos de recursos patrimoniais, individuais ou globais.

A pobreza pode ser encarada como um processo estático (uma política delineada para manter o fosso entre ricos e os pobres) ao passo que a exclusão tem uma dimensão mais abrangente e dinâmica, ligada a uma situação de marginalização de várias ordens por exemplo, falta de habitação, separação familiar, e o isolamento familiar.

Duma forma sintética e aprofundada, “a exclusão implica a construção de uma normatividade que separa os indivíduos, impedindo a sua participação na esfera pública. Trata-se de um processo relacional e cultural que regula a diferença com condição de não inclusão, apresentando também uma manifestação territorial, Santos, (1993), citado por da Costa, (2022, p. 30).

De todas as explanações feitas em relação à pobreza e à exclusão social, o microcrédito pode aparecer como mecanismo de solução para esses dois problemas que corrompem a sociedade.

O microcrédito promove a inserção social através dos empreendedores, reduz a diferença social existente. O financiamento do empreendedorismo através do microcrédito ajuda na capacidade de gerar riqueza, não só para o empreendedor que implementa o seu projeto, mas também para a população que beneficiará do projeto e dos possíveis postos de trabalho que poderão ser gerados.

O empreendedorismo apoiado no microcrédito, tem um valor importante nas comunidades menos desenvolvidas, qualquer sucesso derivado desta atividade é deveras valioso pela mudança de condições de vida desta comunidade. Atividades estas, servem pela cultura inovadora e empreendedora.

Citando Schumpeter, (1998), citado por da Costa, (2022, p. 30 e 31) afirma que para atingir o objetivo de desenvolvimento económico são necessários meios financeiros de forma a serem possíveis novas combinações dos fatores de produção e dos fatores financeiros. O autor assume que o empreendedor é um indivíduo que não tem capacidade de autofinanciar o projeto, pelo que, é obrigado a recorrer a capitais alheios para o fazer.

De acordo com Yunus, (2008), citado por da Costa, (2022, p. 31) “o principal objetivo do microcrédito é a erradicação da pobreza e da exclusão social”.

Para o caso guineense, isto é bem evidente e remonta o estilo de vida dos jovens que é a camada social que mais sofre com o desemprego.

Muitos jovens criam os seus projetos com a finalidade de empreender, procuram financiamento junto das entidades competentes com o propósito de conseguir dinamizar os seus projetos e saírem da pobreza e da dependência.

As instituições de microcrédito atuam como uma peça indispensável no processo e estratégia de erradicação da pobreza nos países em via de desenvolvimento, e na Guiné-Bissau não é uma exceção.

Evocando Psico, (2007), citado por da Costa, (2022, p. 31) destaca que os objetivos das instituições de microcrédito assentam-se em quatro (4) eixos:

1. Servir um número crescente de pessoas pobres e excluídas, de uma forma contínua e sustentável, tanto pela sua abrangência como pela profundidade de alcance;

2. Melhorar a qualidade e a adequação dos produtos e serviços financeiros, tendo em conta o público-alvo, realizando, para tal, avaliações sistemáticas e contínuas das necessidades específicas;

3. Criar benefícios para os clientes e para as famílias, de modo a reforçar os seus rendimentos e os laços sociais das comunidades, com finalidade de criar ativos, de reduzir situações de vulnerabilidade, satisfazendo sempre as necessidades básicas dos clientes e das suas comunidades; e

4. Melhorar a responsabilidade social da instituição de microfinanças relativamente aos seus empregados e às suas comunidades.

Parafraseando da Costa (2022, p. 31), o microcrédito é, então, um instrumento essencial de desenvolvimento, sendo que, através de pequenos empréstimos, muitas vezes valores insignificantes aos olhos ocidentais, milhões de famílias pobres asiáticas, africanas e sul-americanas melhoraram as suas condições socioeconómicas, com inquestionável benefício para as comunidades onde se encontram inseridas.

O blog Angola In (2009), citado por da Costa (2022, p. 31) enumerou as várias vantagens que o microcrédito apresenta, no caso específico do desenvolvimento da África, onde se insere a Guiné-Bissau.

As vantagens do microcrédito no continente africano

Políticas Sociais	Empreendedorismo
Promove uma iniciativa comercial	Cria novas empresas

Promove a mentalidade da verdade, compromisso e responsabilidade	Cria novos negócios
Promove a diminuição da taxa de desemprego e da exclusão social	Cria novos empregos
Promove uma boa imagem dos bancos	Cria a sustentabilidade e prosperidade das populações desfavorecidas
Promove a formação e a qualificação dos beneficiários	Cria a produtividade e inovação nos respetivos setores a investir
Promove estratégias e medidas alternativas para pessoas desempregadas, inativas e reformadas	Cria a competitividade e crescimento da economia local e nacional

Fonte: Angola In, 2009 – Microcrédito ao serviço da Paz.

Portanto, concluo que o microcrédito, apoiando os projetos empreendedores, serve como elemento importante para suprir as desigualdades e melhorar a condição de vida das pessoas em situações de dificuldades extremas.

Como solucionar os problemas económicos e sociais na Guiné-Bissau?

Para um país como a Guiné-Bissau, que tem um historial de constantes problemas de instabilidade, políticos e militares, não é com um simples clique de dedo que se possa encontrar soluções para os seus diversos problemas que têm refletido bastante na vida económica e social.

As cíclicas instabilidades políticas e governamentais têm refletido negativamente na vida da população, razão pela qual é preciso uma visão alternativa e abrangente das políticas tomadas até agora, para a resolução dos diferentes problemas. É preciso a abertura de um espaço de concertação e elaboração de estratégia de governação para que possa haver a mudança de paradigma.

“Aos próximos executivos, recomendam-se que saibam, acima de tudo, analisar e diagnosticar, “tout court”, as condições objetivas impostas pelo sistema político guineense (e é, portanto, absolutamente necessário mudar a estrutura e o rumo dos acontecimentos), mas um desenvolvimento alternativo também, antes demais, pela

capacidade de imaginar coletivamente futuros alternativos em face a problemática do desenvolvimento que o país enfrenta” citando o artigo de Santos Fernandes, 2019.

Há um ponto de convergência entre a maioria dos guineenses (se não todos) de que, o país não está bem e que, os sucessivos governos falharam em matéria de avaliação da real situação económica e social do país. Sendo assim, é preciso que se faça um diagnóstico sério, identificar as falhas e a eventual correção das mesmas, para que o país saia dessa situação da instabilidade crónica e da pobreza extrema.

É preciso estabilizar o país e depois organizar o mesmo, é importante fazer funcionar as leis da república, a liberdade é indispensável (é urgente mudar este regime híbrido em que país se encontra), fazer com que o país atraia o investimento estrangeiro com o intuito de gerar empregos e criar riqueza.

Para terminar, mais uma vez repito, o país precisa de respirar a liberdade, porque só com um país livre e democrático é que podemos alcançar o tão desejado desenvolvimento que todos nós, enquanto povo e nação, desejamos há muito tempo.

Conclusão

Durante todo o processo da coleta das informações e da elaboração deste trabalho, procurei sempre estar imbuído duma visão crítica em relação aos dados recolhidos sobre o tema, e ser o mais sucinto e claro possível.

A situação económica e social da Guiné-Bissau é deveras preocupante, todos os setores do tecido social e os indicadores económicos do país devem ser melhorados, é urgente reverter o quadro da situação em que o país se encontra.

O PAE concebido pelo Governo guineense e preconizado pelo BM e FMI, com a finalidade de conseguir tirar o país da situação da pobreza generalizada em que se encontrava naquela altura, é antecedido por um programa de estabilização económica que não tinha surtido efeito. O país inteiro almejava o sucesso na implementação do PAE, mas infelizmente por muitas situações que envolviam o Estado guineense, o PAE acabaria por ser um fiasco também.

Os DENARP I e II, todos eles com quatro eixos, eram vistos como uma tábua de salvação pelo Governo guineense. O DENARP I, é um documento do Governo da Guiné-Bissau, foi apresentado em Genebra em 2006 na conferência dos doadores, foi

implementado, mas não chegou a ter grandes repercussões na vida das populações, conseguiu até aumentar o nível da pobreza de 68,5% registado em 2004, para 69% em 2011, (o desvio de procedimentos e a crónica corrupção dos governantes da Guiné-Bissau, é o principal obstáculo ao desenvolvimento do país). O DENARP II sendo um documento quinquenal (2011-2015) inspirado no DENARP I, na fase da sua elaboração, foi envolvida toda a classe social guineense, foram retificadas as falhas do passado e introduzidas as alterações que acharem necessárias, infelizmente com o famoso e desastroso golpe de Estado de 12 de abril de 2012, acabou por nunca sair do papel para a sua execução.

É importante enaltecer aqui um aspeto muito importante, todos os programas de governação elaborados e alguns implementados pelo Governo guineense, nenhum deles conseguiu granjear algum sucesso, mesmo aqueles programas preconizados pelas instituições financeiras de Bretton Woods, fracassaram. É preciso uma reflexão comportamental profunda das nossas autoridades, caso contrário, continuaremos submersos neste lamaçal de instabilidade, corrupção, desigualdade social, pobreza...

Em alguns anos, a economia guineense tem crescido a alguns pontos percentuais, mas isso não tem acompanhado a melhoria na vida das pessoas; ainda existe e persiste a precariedade na vida das pessoas, a pobreza é gritante e a ausência do básico ainda se faz sentir. É urgente reverter esta situação e permitir o alívio na vida das populações.

O empreendedorismo não foi levado em consideração nos diversos programas de governação elaborados pelo Governo guineense, e isso acabou por ter consequências graves para o Estado (passou a ser o maior empregador por não conseguir criar condições para o investimento estrangeiro e educar a sociedade para que as pessoas consigam ser capacitadas e serem independentes). O que podia ser uma máquina matriz para a robustez da economia nacional passou a ser um fracasso.

Mesmo inserido no meio duma sociedade, onde o Estado não conseguiu criar políticas públicas que conseguem absorver o talento dos seus cidadãos, há quem consiga romper o modo operandi das massas, e decidiu idealizar e criar o seu próprio negócio, acabando por desafiar o sistema vigente e conseguir sair da situação da dependência do Estado.

A informalidade vigente na Guiné-Bissau, é consequência da anarquia do Estado é preciso enquadrar a atividade empreendedora nos programas de governação, facilitar e regulamentar esta atividade económica, seria benéfica para todos os intervenientes deste setor.

O microcrédito é um mecanismo muito importante se for bem concedido e usado, permite que os beneficiantes saiam de situações de precariedade, extrema pobreza e exclusão social. O problema pode estar na sua concessão e uso.

Portanto, a resolução da situação gravíssima em que a Guiné- Bissau se encontra, não pode acontecer com um simples imaginário das coisas, é normal que haja o contraditório a nível das opções onde se vai e deve iniciar para mudar este ciclo vicioso de podridão em que o país se encontra, mas é preciso iniciar no mínimo pela estabilização duma legislatura, que quem ganhe as eleições legislativa consiga governar por quatro (4) anos, implementar o seu programa e depois ser julgado nas urnas nas próximas eleições, a democracia tem e faz essa magia (começar tudo de estaca zero).

As constantes crises pós-eleições, os governos inconstitucionais, golpes palacianos e militares, interferência da classe castrense no jogo político, já demonstrou claro, que isso não vai tirar o país da situação de pobreza em que foi e é colocado, é urgente experimentar outro método de chegar e estar a frente das instituições políticas do país, e tudo isso deve passar pelo respeito escrupuloso das leis da república. O país já dispõe de muitos quadros dentro e fora do mesmo, então não podemos continuar assim.

Referências Bibliográficas

- Bialoborska, Magdalena (2014). Dinâmicas e constrangimentos nos dinâmicas de organização dos trabalhadores informais na Guiné-Bissau.
- Camará, Samba Tenem (2010), Lumo – estatuto, funcionamento e organização dos mercados periódicos na Guiné-Bissau – estudo de caso no Lumo de Mafanco.
- CESO (2017). Consórcio da Gestão do DESAFIO GB. Bissau.
- Correia, Germen Benjamin (2017). Plano de Negócio para Cadeia Produtiva de Castanha de Caju Industrializada na Guiné-Bissau.
- Correia, Germen Benjamin (2020). Caracterização de um ecossistema de empreendedorismo em economias menos desenvolvidas: O caso de Bissau.
- Correia, Vilma Nunes (2022). Economia informal na Guiné-Bissau: uma análise sobre a vida de “mindjeris bidéra” no período da pandemia de COVID-19 em Bissau.
- da Costa, Bernardino Ambrósio (2016). Diáspora guineense como agente de desenvolvimento local: o papel das associações guineenses em Portugal nos projetos de cooperação e desenvolvimento na Guiné-Bissau.
- da Costa, Cesar (2022). Microcrédito na Guiné-Bissau.
- Damáσιο, Teresa (2024). A estratégia da União Africana para a economia azul: o caso da aquacultura na Guiné-Bissau.
- Djaló, Abdulai Sombille (2013). Desenvolvimento socioeconómico e dependência da Guiné-Bissau: caso do caju.
- Fernandes, Santos (2019). Artigo científico sobre empreendedorismo.
- Fernandes, Santos (2023). Políticas Públicas para desenvolvimento do Empreendedorismo na Guiné-Bissau.
- Gonzalvez, Almodavar (2023). Atividade empreendedora e crescimento económico: uma análise de vários países. Management and Business Economics.
- Indjai, Mamadi Queluntã (2014). Políticas públicas na perspetiva do desenvolvimento rural sustentável da Guiné-Bissau.
- N´zalé, Patrícia (2018). Mindjeris bidéras: trabalho informal, género e desenvolvimento social na Guiné-Bissau.
- Pinto, Banuma Caetano (2018). Empreendedorismo como estratégia de combate à pobreza entre mulheres mancanhas de Guiné-Bissau.

- Quadé, Tito Baberim (2023). Políticas públicas para a geração de renda em Guiné-Bissau: o caso do mercado de Bandim.
- Sanhá, Reginalda Cabral Imbundé (2019). A economia informal na Guiné-Bissau: um estudo sobre a agência das mindjeris bidéras da etnia mancanha.
- Siga, Besna (2022). Desenvolvimento nas regiões norte da Guiné-Bissau: um olhar sobre empreendedorismo rural.
- Sucuma, Arnaldo (2012). Breve histórico sobre a construção do Estado da Guiné-Bissau.